



## Empresa responde por crime contra o consumidor, diz PGR

A Procuradoria-Geral da República (PGR) entende que legislação permite ação penal contra pessoas jurídicas em crimes contra a ordem econ mica e o consumidor. Essa conclusão pode ser extraída de decisão de arquivamento de representa o formulada pela 1  Promotoria de Justiça de Araguari (MG), que pleiteava o ajuizamento, contra o Congresso Nacional, de a o direta de inconstitucionalidade por omissão dirigida ao artigo 173, parágrafo 5 , da Constitui o da Federal.

Na análise do pedido, o procurador regional da República André de Carvalho Ramos determinou o arquivamento da representa o, no último dia 29, sob a justificativa de que, em 30 de setembro de 2011, foi promulgada a Lei Federal 12.529 (Lei Antitruste), dispondo, entre outros assuntos,   sobre a preven o e repressão   s infra s contra a ordem econ mica .

  O referido diploma estabelece de maneira inequívoca a aplica o de seus pressupostos   s pessoas jurídicas, conforme seu artigo 31 , destacou o procurador. A regra citada por Ramos esclarece que a Lei Antitruste   aplica-se   s pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associa es de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, mesmo que exerçam atividade sob regime de monopólio legal .

Membro da Assessoria Jurídica Constitucional da PGR, Ramos reconheceu que a eficácia do artigo 173, parágrafo 5 , da CF depende da edi o de norma infraconstitucional regulamentadora. Porém, ressaltou que a Lei 12.529/2011, ao aplicar suas disposi es aos mencionados entes fictos, regulamentou o mandamento constitucional apontado pelo promotor André Luis Alves de Melo, autor da representa o.

Conforme a CF,   a lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecer  a responsabilidade desta, sujeitando-a   s puni es compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econ mica e financeira e contra a economia popular . Alegando a   relevância social  do tema, Melo defendeu a regula o para beneficiar os consumidores ao coibir condutas ilícitas,   as quais tendem a ser mais elaboradas e ocultadas nas lacunas da pessoa jur dica .

O procurador regional da República também baseou o arquivamento da representa o no fato de que a legitimidade para propor a o direta de inconstitucionalidade e outras a es de controle concentrado não   mais   exclusiva do chefe do Ministério Público Federal,   cabendo-lhe a valora o da situa o jurídica que justifica a atua o ministerial em cada caso , nos termos do artigo 103 da CF.

**AJConst/PGR/n  11/2023**

**Autores:** Eduardo Velozo Fuccia